

Notas e informações

Economia - Brasil

A coragem de escolher

Como em nosso país os santos de casa não fazem milagres, talvez se possa esperá-los dos de fora. Assim, não seria de admirar se a diatribe lançada pelo *Wall Street Journal* contra os infundáveis anos de má gestão da economia brasileira servisse para alguma coisa. Pelo menos para convencer a oligarquia de que lá fora já se sabe que a economia brasileira é "altamente socializada", que o orçamento nada mais é do que "um conduto para subsidiar indústrias ineficientes" e, mais do que isso, que a credibilidade dos condutores da política econômica quase não existe, pois "a maneira como eles estão administrando a política do País está deixando algo a desejar".

A descrição que o prestigioso jornal de Nova York faz do que foi o carnaval de desperdícios a que se dedicaram vários governos, aproveitando-se dos dólares soft gerados irresponsavelmente pelo sistema financeiro internacional, é de causar mal-estar no cidadão brasileiro médio, que tem consciência de que não foram uma nem duas as advertências dirigidas ao governo, desde muito, a respeito dos riscos econômicos a que o País estava exposto. Não é esse, no entanto, o aspecto a ser ressaltado; lamentar o passado de nada adianta, quando as tarefas do futuro se apresentam com premeditação para todos.

Importa ter presente que o *Wall Street Journal* chama a atenção para dois fatos de suma relevância: um, que o *caso brasileiro* poderá servir de exemplo para o Congresso norte-americano, chamado a votar aumento da contribuição dos Estados Unidos ao Fundo Monetário Internacional; outro, a dúvida que suscita acerca da capacidade de as lideranças políticas e econômicas brasileiras compreenderem a necessidade de o País aceitar a política de austeridade cuja execução — ante a evidência de que não é possível financiar com dinheiro estrangeiro a ineficiência e o desperdício — hoje se impõe. No primeiro caso, as reper-

cussões da indecisão brasileira só virão a médio prazo, quando se esgotarem os recursos do FMI e os países do Terceiro Mundo não mais tiverem como recorrer ao organismo para resolver prementes problemas de balanço de pagamentos. No segundo, as consequências serão imediatas, na medida em que a alternativa com que hoje se defronta o Brasil é dramática: ou a austeridade livremente consentida, ou o colapso interno com a interrupção do fornecimento de petróleo e de matérias-primas.

A dúvida sobre a capacidade de a administração brasileira honrar os compromissos assumidos persistirá sempre no Exterior, basicamente por uma razão — não se confia mais nas grandes linhas da política econômica desenvolvida até agora. É preciso ver, no entanto, que o Executivo tem maneiras de ir "rolando" essa desconfiança sem dar a impressão de que o prometido não será cumprido. O Congresso Nacional, porém, não tem como esconder sua opção — aliás, caracteriza o Congresso o fato de serem públicas suas decisões e emanadas de cada um de seus membros.

Ora, quando o *Wall Street Journal* diz que a opção não é entre as condições do FMI e a alegre caminhada de antes, mas sim entre a política aconselhada pelo Fundo Monetário (e sustentada pela comunidade financeira internacional) e "um horrível colapso interno", coloca as coisas com toda a clareza. O Congresso, chamado a pronunciar-se sobre o Decreto-Lei nº 2.045, tem a liberdade de escolher; necessário é, porém, que, antes de decidir, cada deputado ou senador se componha da seriedade dos problemas econômicos em pauta e não se refugie na retórica vazia da defesa da soberania, pois não há soberania que resista a uma semana de falta de petróleo e matéria-prima para as indústrias.

A decisão sobre a política salarial é dura, talvez a mais difícil que o Congresso

tenha sido chamado a tomar. Adotá-la requer coragem, essa mesma virtude que o governo, especialmente o ministro Delfim Netto, teve ao baixar o DL 2.045. Porventura não foram os líderes políticos eleitos para tomar decisões corajosas? Preferirão eles que o *Wall Street Journal* responda, ele próprio, à questão: "Quem irá levantar-se e explicar os motivos pelos quais tudo isso precisa ser feito?"

O Brasil sabe que o Congresso, como toda a sociedade, está diante de cruel dilema: ou a austeridade, atingindo de imediato os assalariados, ou a inflação sem controle, para não falar da perda total de confiança da comunidade financeira internacional. A questão é que a inflação foi longe demais, e o déficit público (em grande medida por culpa das estatais) chegou a extremos insuportáveis, não admitindo, uma e outro, delonga alguma na adoção de providências destinadas a contê-los. O DL 2.045, doloroso e talvez mesmo injusto, é dessas providências que, conjugada com um conjunto de medidas nas áreas monetária e tributária, pode concorrer para manter o nível de emprego (senão aumentá-lo) e liquidar a inflação. É possível que os aspectos sociais implícitos na adoção da medida provoquem a oposição de muitos. O essencial, porém, nesta quadra, não é opor-se para ser contrário; é apresentar opções que levem em conta a realidade iniludível. Se o mecanismo instituído pelo Decreto-Lei nº 2.045 for rejeitado, como já se recusou mecanismo semelhante, ainda que menos doloroso, como o concebido no 2.024, só restará devolver às forças de mercado a discussão dos salários. Em outras palavras, o Congresso deveria caminhar para assumir a responsabilidade de introduzir a livre negociação na fixação dos salários. Conviver com uma ilusão, como as leis anteriormente vigentes, as quais alimentavam a inflação e criaram o desemprego, já não é mais possível.